

Itéramãxe: um coletivo-quilombo que acredita em universidades mais plurais

AMANDA SILVA DE PAULA 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

amanda.paula@usp.br

ALESSANDRA GARCIA NOGUEIRA LUCIO 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

alelllucio@usp.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe202987

resumo Nas últimas década, as universidades públicas de todo o Brasil, tem implementado políticas de ações afirmativas em seus processos seletivos de pós-graduações. O que tem possibilitado uma nova cara a esses cursos, contudo, este processo ainda é estranho a muitos deles, pois questões como construção de projetos e o domínio de línguas estrangeiras são os primeiros entraves deste acesso. Com a chegada de novos alunos, surge também novas formas de ampliar a possibilidade de ingresso de tais grupos. Este artigo pretende contribuir e apresentar uma proposta real de democratização do conhecimento e do acesso pleno de grupos minoritários aos cursos de pós-graduação. Portando este artigo relata o surgimento, as inquietações, os processos metodológicos, e os resultados do Coletivo Itéramãxe, que visa através de um programa de mentorias circulares, orí-entar e preparar alunas e alunos aos processos seletivos.

palavras-chave Ações Afirmativas; Políticas de ingresso à pós-graduação; Coletivo Itéramãxe; Pós-Graduação.

Itéramãxe: a collective-quilombo for more diverse universities

abstract In the last decade, public universities all over Brazil have implemented affirmative action policies in their graduate selection processes. However, this process is still strange to many of them, because issues such as the construction of projects and the mastery of foreign languages are the first barriers to this access. With the arrival of new students, new ways to broaden the possibilities of entry for such groups are also emerging. This article intends to contribute and present a real proposal for the democratization of knowledge and full access of minority groups to graduate courses. Therefore, this article reports on the emergence, the concerns, the methodological processes, and the results of the Itéramãxe Collective, which aims, through a circular mentoring program, to orient and prepare students for the selection processes.

keywords Affirmative actions; Access to Higher education; Iteramaxe Collective; Graduate Programs;

Introdução

Para pessoas negras, o desafio de acessar e permanecer nos espaços acadêmicos, principalmente, nos cursos de pós-graduação muitas vezes ocorre antes mesmo do processo seletivo ofertado pelas Instituições. Questões como construção de projetos acadêmicos, embasamento quanto ao referencial teórico, domínios de línguas estrangeiras, por exemplo, revelam situações desiguais geradas pela discrepância entre os indivíduos – que tiveram seus direitos básicos negligenciados ao longo de sua vida –, e a estrutura acadêmica.



e202987

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe202987>

O desnível entre grupos minoritários oriundos de escolas públicas básicas e as instituições públicas de ensino superior, evidenciam quem são as pessoas que conseguem acessar uma pós-graduação. Ao ser sancionada a Lei de Cotas, em 2012, é perceptível um aumento significativo desses grupos na graduação, contudo, sua presença nas pós-graduações ainda é relativamente baixa. Foi nesta perspectiva que surgiu o Coletivo Itéramãxe. Itéramãxe (iteramose) da língua iorubá e significa perseverar e (re)existir.

Em 2019, Alessandra Garcia, idealizadora e atual coordenadora do Coletivo, teve sua primeira experiência com o processo de mentoria para ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, que integra o Núcleo DIVERSITAS da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O processo evidenciou a desvantagem e exclusão de grupos vulnerabilizados no ingresso às universidades públicas. Assim, cabe lembrar que educação básica brasileira se fundou a partir da padronização eurocêntrica de ser, estar e conhecer, ditando regras e normas a partir de uma localidade euro-branca-normativa. Inclusive, ditando quais pessoas eram dignas ou não, de receberem e terem acesso ao conhecimento.

Esse pensamento enraizado na normatização do racismo (Almeida, 2018) levou e ainda leva diferentes grupos minoritários a não se verem nestes locais como seus de direitos, a linguagem acadêmica, o racismo pessoal, institucional e estrutural, a desigualdade pedagógica, a invalidação de outras epistemologias, faz com que a academia seja vista como um “não-lugar” (Carneiro, 2011). Portanto, muitas desistem antes mesmo de tentar. Assoladas por essa sombra do não pertencimento, pelas portas fechadas e pela exclusão perpetuada por anos.

Em 2020, Alessandra, inquietada pela baixa diversidade na pós-graduação, participou de uma nova mentoria em parceria com discentes do Programa Diversitas/USP. Conheceu Telma das Graças de Araújo, Cristina Batista de Castro e Andréia Priscila da Silva, suas primeiras mentorandas. Mulheres pretas, periféricas, educadoras, atravessadas por lutas, vivências e resistências, que tinham (e ainda têm) um desejo latente de ingressarem em uma pós-graduação.

Na Cosmologia Bantu Africana de viver e estar no mundo, aprende-se que “eu só sou, porque somos juntas”, portanto, independente do processo e da caminhada que uma pessoa deseja percorrer, ela só será possível se caminhar de mãos dadas, se sentindo pertencidas e identificadas a outras pessoas. Dessa forma, as deficiências educacionais, os traumas, as negativas das tentativas anteriores e até mesmo a desistência no meio da caminhada, poderão ser trabalhadas, humanizadas e potencializadas em lutas. Aqui, entendemos esse processo como aquilombamento, redes de apoios. Retomando um argumento ensaiado por Josecilio Junior (2019, s/p) entendemos que:

[a]quilombar-se é se organizar, construir espaços que possamos refletir e agir sobre a nossa realidade. [...] Aquilombar-se é estabelecer o autocuidado, construir espaços coletivos de afeto, de acolhimento, de escuta, de sociabilidade, de sentidos coletivos, de fortalecimento de laços, memórias e constituição de uma identidade. [...] Aquilombar-se é se

nutrir da ancestralidade, compreender as tecnologias e métodos que construímos ao longo dos séculos que nos permitiu chegar até aqui!

Em 2021, após a aprovação de duas dessas mulheres pretas no Programa Diversitas, nasceu oficialmente o coletivo com o nome Itéramãxe, com a força de (re)existir e perseverar frente às adversidades impostas do dia a dia, rompendo com os grilhões do racismo, das desigualdades, da exclusão e da LGBTfobia.

Visamos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, pautada pelo acesso à educação e à ciência de forma democrática, garantindo às pessoas negras, indígenas, refugiados, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ e empobrecidas o pleno exercício de suas potencialidades e talentos, temos como missão possibilitar mais universidades plurais, com diversidades de ideias e de pesquisas, passando assim, a serem instrumentos de democratização do conhecimento crítico e reflexivo.

Desta forma, hoje, o Coletivo é composta por uma rede de alunas/es/os e pesquisadoras/es/os acadêmicas em níveis de pós-graduações que visa promover o acesso de pessoas que tiveram suas trajetórias na educação comprometidas por desigualdades estruturais, às Pós-Graduações Stricto Sensu, especialmente, em Programas de Humanidades.

Ações do Itéramãxe

Existe muita coisa que não te disseram na escola
 Cota não é esmola
 Experimenta nascer preto na favela, pra você ver
 O que rola com preto e pobre não aparece na TV
 Opressão, humilhação, preconceito
 a gente sabe como termina quando começa desse jeito [...]
 Chega na escola, outro portão se fecha
 Você demorou, não vai entrar na aula de história
 Espera, senta aí, já já da uma hora
 Espera mais um pouco e entra na segunda aula
 E vê se não se atrasa de novo, a diretora fala [...]
 Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades

(Bia Ferreira, “Cota não é esmola”).

Construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento. Acreditamos que através da educação, o combate às desigualdades de âmbito social, é umas das bases indispensáveis para que ocorra qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista e antidiscriminatória não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

Conforme o antropólogo e Professor da Universidade de São Paulo Kabengele Munanga (1996), é na educação principalmente que se constroem essas imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito e da população negra, de modo que apenas a prática educativa tem o poder de desconstruí-las: “Só a própria educação é capaz de desconstruir os monstros que criou e construir novos indivíduos que valorizem e convivam com as diferenças” (Ibidem,179)

Portanto, procuramos através das mentorias preparatórias ampliar a possibilidade de ingresso de tais grupos, fortalecendo e preparando-os para que possam participar destes processos com base e estrutura educacional exigidos pela academia. Pensamos ainda, na necessidade de fornecer a essas pessoas, suporte emocional - para vencer as limitações construídas ao longo de suas vivências -, e socioeconômica - a fim de garantir o custeio das taxas cobradas nestes processos.

Desta forma, buscamos tornar o acesso ao ambiente acadêmico mais equânime e diverso, com a presença de negros, indígenas, pessoas com deficiência e comunidade LGBTQIAPN+. É fundamental promover a valorização da diversidade cultural e construir conhecimentos outros que ajudem a promover uma educação antirracista nas escolas e universidades do Brasil.

Nossa metodologia de trabalho se dá por meio das mentorias preparatórias, termo que utilizamos para nos referir aos processos horizontais de *ori-entação* e ensino aprendizagem. Acreditamos na capacidade de diálogos horizontais como recurso pedagógico de ser e estar em contato direito com a outra/o. Propomos em nossas trocas de aprendizagem a pedagogia do afeto e do acolhimento, a nós, é importante criar círculos seguros, de confiança e de pertencimento, visto o quanto uma sociedade doente, adoece corpos e destrói sentimentos de confiança e autoestima.

O planejamento de execução tem sua finalidade pautada em ofertar gratuitamente essas mentorias às pessoas vulnerabilizadas, a fim de possibilitar e preparar para o acesso às pós-graduações, em especial ao Programa do Diversitas (FFLCH/USP), mas também em outras Universidades Públicas.

Preocupadas com o bom acompanhamento das pessoas mentoradas, o trabalho desenvolvido pelo Coletivo se estrutura em ciclos e fases de aprendizagens. Portanto, desdobra-se em ofertar aprendizados de pontos cruciais para o bom desenvolvimento e aprimoramento do projeto acadêmico, possibilitando aceitação e análise nos processos seletivos, mas também procura ofertar domínios sobre as etapas de um processo seletivo, como listado a seguir. Assim, oferecemos às pessoas que acompanhamos a oportunidade de se engajar em uma série de atividades que incluem:

- Oficinas de metodologias de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas;
- Oficinas sobre elaboração e escrita de projetos;
- Encontros coletivos semanais com a/o mentora/o responsável para auxiliar na elaboração, discussão, revisão e estruturação do projeto de pesquisa;
- Oficinas de proficiência das línguas estrangeiras: Inglês, Espanhol e Francês, já que este é um componente obrigatório e por vezes, eliminatórios, portanto,

fator fundante de exclusão, pois a vivência com idiomas, muitas vezes, não faz parte das possibilidades e da realidade de tais grupos.

- Oficinas de formação teórica básica dedicadas a auxiliar na construção argumentativa, crítica e reflexiva. As oficinas também são espaços de formação e organização das rotinas individuais e coletivas de estudo, envolvendo o desenvolvimento de técnicas compatíveis com as rotinas da vida acadêmica (fichamentos, quadros comparativos, roteiros de leitura, resenha, ensaio etc).
- Criação de plataformas e objetos educacionais de apoio;
- Lives com orientadores e professores atuando no ensino superior e na pós-graduação para compreender o cotidiano e o cotidiano universitário em cenários de pesquisa;
- Acompanhamento e apresentação de editais com suas exigências;
- Apresentação de projetos;
- Simulados para os exames dissertativos.

Esse conjunto de atividades é disponibilizado ao longo de todo o ciclo de formação, que costuma levar de 6 a 8 meses, começando em agosto e se estendendo até março e abril do ano seguinte. Assim, cada participante tem a oportunidade de compor não apenas uma reflexão e experiência de processo seletivo melhor organizada, como também elencar prioridades e fragilidades que podem ser potencializadas ou trabalhadas a partir das ações implementadas. As ações que empreendemos têm como plano de fundo a oferta de vagas para pessoas negras indígenas, com deficiência, em situação de vulnerabilidade social e outros grupos que foram historicamente empobrecidos e precarizados. Sendo assim, é preciso compreendê-las como um esforço conjunto e sistêmico. Dito de outro modo, é de fundamental importância que se compreenda que os programas de ações afirmativas não como mecanismos finais, e sim, como políticas que servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais. Com efeito, a proposta do Coletivo retoma e aprofunda alguns dos elementos ensaiados por Nilma Lino Gomes (2017) ao considerar que o movimento negro é um agente educador da sociedade e do Estado. Nesse aspecto, a educação cumpre um papel fundamental na construção de futuros possíveis e de combate ao racismo, tendo nas ações afirmativas um dispositivo protagonista. Assim, incorporando a análise feita por Gomes, Silva e Brito (2021: 7), reiteramos que:

O conjunto de iniciativas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro ratificado em lei, seja em âmbito estadual, seja na esfera federal, depara-se com os dados sobre a desigualdade de acesso e permanência da população negra no ensino superior que exibiam naquele contexto desafios estruturais a serem superados.

As mudanças advindas da implementação das ações afirmativas, em especial da modalidade de cotas, atingem também o debate e a luta antirracista no campo intelectual com o crescimento do movimento negro de base acadêmica (...).

Nesse aspecto, as possibilidades de efetivação de uma transformação social e enfretamento ao racismo a partir das ações afirmativas depende da presença de agentes e do próprio movimento negro em sua pluralidade nas mais diversas instâncias. Se o acesso ao ensino superior já tem sido uma grande barreira, essas características intensificam-se ainda mais nos níveis mais elevados da carreira universitária, onde não apenas é menor o número de docentes negros (e não brancos de forma mais ampla), como também há empecilhos que retomam a desigualdade estrutural de acessos a direitos básicos.

Aprofundando a perspectiva da Gomes (2017), nosso escopo de atuação incorpora essa prerrogativa com o objetivo de prover meios de acessar espaços de privilégio e prestígio que usualmente tem sido racializados e historicamente ocupado por pessoas brancas em um idioma majoritariamente masculinista. Nossa ação apropria-se das ações afirmativas como mecanismo de mobilização e produção do futuro, em muitas instâncias dialogando com uma perspectiva de análise e de enfretamento interseccional.

Sendo assim, nosso planejamento e desenvolvimento de ações, vem em encontro com a luta pela permanência de políticas afirmativas e visa reconhecer as diversidades entre a população negra e não-negra, no sentido de direcionar os esforços para minimizar e gradativamente diminuir as distâncias socioeconômicas que permeiam a vida social brasileira, além de sobreviver aos desafios que estudantes negras e negros enfrentam.

Diante disso, a negação do racismo - por parte da sociedade e dos meios acadêmicos - quando se discute cota social, demonstra que as mazelas sociais em que os negros e os povos indígenas se encontram, ou que estiveram durante muito tempo, tivesse a ver apenas com classe social. O perigo deste discurso, é que esvazia pautas sérias e necessárias sobre políticas afirmativas efetivas, que deveria ser pensada de acordo com cada demanda social e não na homogeneidade de um único grupo, com uma demanda específica.

A consequência de deixar de lado a discriminação racial vivenciada por estes grupos ao decorrer da história brasileira, se percebe na falta de pessoas negras ou indígenas em lugares de poder, ou de lideranças, e ainda, na pouca presença destas nas instituições de ensino. Neste sentido, mesmo que estas tenham a oportunidade de ingressar em uma universidade, terá ainda, muitas portas fechadas na sociedade, ora por causa da geografia de sua cor e do seu corpo, ora pelo lugar social que ocupa, ora pela localidade de sua residência. Isso é real, marca dilaceradora de oportunidades.

Portanto, ter nas academias novos corpos, novas pessoas ocupantes é também contribuir para a desconstrução do racismo, institucional, estrutural, social e individual. Isso contudo, demanda também pensar novos espaços e formas de organização do cotidiano para que a experiência de ocupar a universidade seja marcada pela troca e pela justiça social, e não pela perpetuação de violências e políticas de silenciamento e invisibilização.

Reconhecendo a importância da reelaboração da noção de lugar, as ações desenvolvidas pelo coletivo consideram a experiência acadêmica não apenas como uma instituição da intelectualidade e do desenvolvimento das sensibilidades e competências de análise, mas fundamentalmente a partir da reorganização dos espaços de pertencimento e regimes de relação. Acompanhando a síntese histórica de Beatriz Nascimento, nos interessa produzir sentido e abrir espaço para uma universidade-quilombo como mecanismo de

acolhimento, valorização da autoestima, de produção estética e positiva de si mesmos como agentes do conhecimento, como sujeitos e não apenas como objetos. Assim, conforme Beatriz Nascimento:

O quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que os negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança que instituições semelhantes possam atuar no presente, ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural. (Nascimento, 1984: 48).

Procuramos construir em nosso coletivo e nas nossas mentorias, quilombos seguros e de pertencimento. Um quilombo, nas palavras de Beatriz Nascimento (2021), é uma estratégia espacial, política e afetiva de criação de vida. Ora, esse espaço que carrega consigo signos enraizados em nossa casa mãe, proporciona redes de apoio, de cuidado, de segurança, de afeto e principalmente de luta e resistência.



© Coletivo Itéramãxe, 2022

Figura 1. Atividade de fechamento do ciclo de mentorias de 2021, realizada em março de 2022 no Espaço UTOMI, zona leste de São Paulo.

A cada ciclo de formação, nosso propósito é construir redes de articulação entre as pessoas que participam da mentoria, mas também uma experiência acadêmica de cuidado coletivo e de valorização da intelectualidade em comunidade. Isso se expressa além das conversas e dos ânimos, nas tantas atividades que desenvolvemos incorporando grupos em situações festivas, de celebração pelas conquistas individuais que se tornam também, coletivas.

© Coletivo Iteramãxe, 2022



Figura 2. Atividade de socialização para encerramento da primeira etapa do ciclo de mentorias de 2022. Santo André, SP, dezembro de 2022.

Os quilombos são os resultados da ousadia, da perspicácia de um povo que não se curvou diante das dificuldades e das barreiras que pareciam intransponíveis e hoje, mantemos essa chama acesa, com sede, com fome, de luta, de ocupação, de estar e de permanecer. A esperança é o sentimento que nos move. Sonhamos, lutamos e acreditamos que podemos construir algo melhor para nós, para os nossos e para as próximas gerações.

Considerações finais

Sabemos que não se resolve os problemas da sociedade somente com leis - como no caso da educação -, existe a necessidade de implementação de outras políticas de inclusão, para aquelas e aqueles que foram e ainda são excluídos historicamente, pelo racismo, pelo sexismo, pelo machismo ou por outras formas discriminatórias. Sendo assim, essas políticas devem ser direcionadas para suprir e atender as especificidades dessas pessoas.

Se valer apenas da conscientização da sociedade - para que haja mudança real deste panorama -, é insuficiente. É necessário monitorar e acompanhar os projetos de inclusão e de políticas afirmativas, como no caso das reservas de vagas, nas escolas, nas universidades, nas empresas e nos setores da sociedade, onde há sub-representação de tais grupos vulnerabilizados.

Essas inclusões têm como viés e consequência a redução das desigualdades, a reparação histórica e a representatividade. Neste sentido, nesses 3 anos de coletivo, procuramos contribuir com a entrada de mais pessoas negras nas Universidades Públicas. Tendo até o momento, 22 pessoas aprovadas em programas de pós-graduação, sendo 17 no Programa Diversitas, 2 na Universidade Federal do ABC, 1 na Universidade Federal de Minas Gerais, 1 na Universidade Federal da Bahia e uma outra pessoa em outro programa na área de humanidades da Universidade de São Paulo

A nós, mas do que quantificar números de aprovados, aqui queremos demonstrar que a partir da troca, do diálogo, da horizontalidade, é possível criar novos espaços de pertencimento, que ao adentrar na universidade, essas e esses passam também a contribuir e construir outras redes de apoio, visto o próprio interesse de 12 dessas 22 pessoas aprovadas em ingressar no Coletivo como mentoras e mentores, assim possibilitando novas trocas e consequentemente mais números de ingressantes na pós-graduação.

Essa mudança do corpo discente após a entrada de pessoas negras na universidade, proporcionará, futuramente, um número maior de pessoas negras com acesso aos cargos de professores e pesquisadores, portando, contribuirá na renovação e diversificação acerca dos conhecimentos sobre negritude, questões raciais, de gênero, cultura, política, filosofia, religião e tantos outros assuntos afrodiáspóricos seja nas Ciências Sociais e Humanas, seja em outros campos e áreas de conhecimento. Consequentemente, mais que a construção de um universo temático, o que buscamos é a produção de perspectivas que considerem o lugar da diferença em sua dimensão interseccional com novas formas do saber e do ensinar. Isso, acreditamos, proporcionará para a sociedade geral, profissionais nas mais diversas áreas, conhecedores de assuntos reais e próximos da sociedade, seja para tratamento da saúde pública, seja na construção equilibrada e reestruturação das favelas, seja na educação ou em qualquer outra área.

A escrita negra traz em sua experiência de vida o que Conceição Evaristo (2020) chama de “escrivências”, ou seja, uma nova possibilidade de conhecimento, um novo olhar, uma nova prática a partir das vivências e do olhar das pessoas negras. Autoras como Lelia Gonzalez (2020), Grada Kilomba (2019), Sueli Carneiro (2011) e bell hooks (2017), andam em consonância com Conceição, e afirmam em suas escritas sobre a importância de se localizar enquanto sujeita protagonista de sua produção do conhecimento.

Isso possibilita serem não só a personagem principal, mas a sujeita do discurso, além de evidenciar uma escrita real, respeitosa e séria sobre determinados assuntos atravessados e vivenciados apenas por estes grupos.

Contudo, sabemos que esse trabalho ainda precisa ser mais intenso, os 10 anos de lei de cotas não foram o suficiente, pois nem toda essa trajetória possui ganhos importantes. No ano que completamos 10 anos da lei de cotas, sofremos o risco de tê-la revogada, por um

sistema que impõe como norma as desigualdades e interesses políticos. Como já dizia Manicongo (2018): “pra eles é um sacrilégio perder privilégios, por isso tem medo do gueto levantar fortunas”. Por tal motivo, nosso Coletivo, visa preparar as/os candidatas/os para além do ingresso por cotas, sabendo que grupos de resistência são necessários em todos os cenários políticos. Não queremos apenas que essas pessoas acessem a universidade, mas que entendem os mecanismos normativos utilizados por elas e que possam antes de tudo ingressem em qualquer programa ou espaço de participação social e produção de conhecimento sabendo quais meios são necessários para esta ação.

É por isso, que estamos aqui! Sonhando os mesmos sonhos, almejando os mesmos propósitos, lutando pelo direito de estar numa universidade. Nossa arma? A educação! A democratização do conhecimento.

É nisto que acreditamos! É por ela que lutamos, portanto, é assim que nos denominamos, um coletivo-quilombo, o Itéramãxe.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. 2018. *Racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento.
- hooks, bell. 2017. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- CARNEIRO, Sueli. 2011. *Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil*. Selo Negro Edições, 2011.
- EVARISTO, Conceição. 2020. “A escrevivência e seus subtextos”. In: DUARTE, Constância Lima (org.), NUNES, Isabela Rosado. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- FERREIRA, Bia. 2019. Cota não é esmola. Álbum: Igreja Lesbiteriana, Um Chamado. Gravadora: Bia Ferreira, 2019. 1 vídeo (6 minutos e 41 segundos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>. Acesso em: 29 ago 2022.
- GOMES, Nilma Lino. 2017. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por participação*. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Nilma Lino; SILV, Paulo Vinicius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. 2021. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Sociedade e Educação*, vol. 42: e258226.
- GONZALEZ, Lélia. 2020. *Por um Feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- JUNIOR, Joselicio. 2019. É tempo de se aquilombar. *Revista Fórum*, São Paulo, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2019/4/29/tempo-de-se-aquilombar-55485.html>. Acesso em: 07 set. 2022.
- KILOMBA, Grada. 2019. *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. 1ª Edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, Beatriz. 2021. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, vol. 3, n. 6-7: 41-49.

sobre as autoras

Amanda Silva de Paula

Capoeirista, mestranda em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pelo Núcleo Diversitas da FFLCH/USP. Tem graduação em pedagogia pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Alessandra Garcia Nogueira Lúcio

É advogada, coordenadora do Coletivo Itéramãxe e mestranda no programa de pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes.

Autoria: As autoras foram responsáveis pela coleta e organização dos dados e pela redação do artigo.

Financiamento: A produção deste artigo não contou com financiamento público.

Recebido em 18/09/2022.

Aprovado para publicação em 14/11/2022.